



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

2405

Presidente da Mesa Diretora: José Nardel Alves de Almeida

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Criação de Unidades Municipais, Conselhos, Comissões, Cargos, Consultoria Jurídica, Serviços, Salas, Núcleos, Projetos Culturais e outros

Autoria: Executivo Municipal

Data: 20/11/1984

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 74/84. Cria a Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização – ESURB, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 1.521 de 20/02/1985). (O Estatuto da ESURB, aprovado por meio do Decreto nº 796, de 09/07/1985, encontra-se no flash 2583).

Controle Interno – Caixa: 07

Posição: 04

Número de folhas: 27

Especie: PL
categoria: criação
Cx: 07
Ordem: 04
nº fls: 08

Lei nº 1.521 de 20/02/1985

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO-LEI Nº 711/84

Autor: Prefeito Municipal.

Assunto:-

Cria a Empresa Municipal de Serviços, Obras e
Urbanização " .

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 20.11.84
- 2 A Cam. de Leg. e Justiça em 20.11.84
- 3 Recebida a discussão - em 27.11.84.
- 4 Tratada ao V. 704 em 04.12.84.
- 5 Aprovado em 1ª O - 11.12.84.
- 6 Aprovado em 2ª O - 26.12.84.
- 7 Aprovado em 3ª O - 26.12.84.
- 8 A promulgação - 26.12.84.
- 9 Arquivar-se -
- 10



Prefeitura Municipal de Montes Claros - MG

Em, 19 de novembro de 19 84

Of. Nº : SG/060/84

Assunto : Projeto de Lei e Mensagem

Serviço : Gabinete do Prefeito

Senhor Presidente,

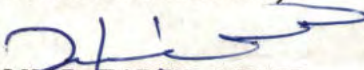
Temos a honra de encaminhar a essa Egrêgia Câmara, o incluso projeto de Lei que objetiva criar, neste município, a "Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização".

Entendemos que um ente paraestatal com as características de empresa pública atenderá, de maneira mais adequada, a realização de obras de pavimentação e urbanização em geral, consoante consta da proposição que ora estamos submetendo a essa esclarecida edilidade.

É, que, Sr. Presidente, a Prefeitura carece de um instrumento para melhor agilizar o seu desempenho no setor de obras públicas prioritárias. E, sem dúvida, o ente indicado para a concretização dessa meta, graças às suas características de maneabilidade de pessoal, igualdade de atuação com a iniciativa privada e desembaraço gerencial é sem dúvida, a empresa pública. Daí a opção feita.

Certo de que, mais uma vez, poderemos contar com a indispensável cooperação desse Poder, reiteramos a V. e aos seus dignos pares, nesta oportunidade, a segurança do nosso elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,


LUIZ TADEU LEITE
Prefeito Municipal

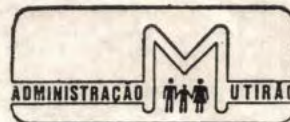
Excelentíssimo Senhor
José Nardel Alves de Almeida
DD Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros
N E S T A

GP/effo....



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates 142 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº _____ DE _____ DE 1984

CRIA A "EMPRESA MUNICIPAL DE SERVIÇOS, OBRAS E URBANIZAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:-

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar' uma empresa pública a ser denominada "Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização", dotada de personalidade jurídica de ' direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculado à Prefeitura Municipal de Montes Claros-MG.

§ 1º - A Empresa terá sede e foro no distrito desta cidade de Montes Claros-MG.

§ 2º - O estatuto da empresa será expedido por Decreto e estabelecerá a organização, atribuições e funcionamento' dos órgãos de sua estrutura básica.

Art.2º - A "Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização", terá por finalidade basicamente coordenar, fiscalizar e controlar direta ou indiretamente, e execução de obras e serviços de urbanização de Montes Claros.

§ 1º - Sem prejuízo do disposto neste artigo a empresa poderá explorar outras atividades congêneres, compatíveis' com suas finalidades industriais e comerciais como:- Produção e comercialização de concreto asfáltico, bem como o asfaltamento e a pavimentação de qualquer tipo de logradouros públicos ou particulares,

a) - a realização ou promoção de estudos e projetos e obras relacionados com a urbanização e desenvolvimento de Montes Claros.

b) - implantação de infraestrutura de desenvolvimento econômico.

cont.....



- c) - recuperação, urbanização e negociação de terrenos.
- d) - fabricação e comercialização de materiais em geral.
- e) - Indústria da construção civil.
- f) - Terraplenagem e Transporte.
- g) - reparos e conservação de obras, vias e lo logradouros públicos.
- h) - construção de parques e jardins.
- i) - exploração de pedreiras, jazidas de areia e materiais similares.

§ 2º - Observada esta Lei e o Estatuto, a EMPRESA praticará por força de sua própria condição de pessoa jurídica, todos os atos em direito permitidos, dirigidos à consecução de seus objetivos notadamente relativos a :

- a) - Aquisição e alienação de bens;
- b) - Contratação de financiamento e outras operações de crédito;
- c) - celebração de convênios e contratos com entidades públicas e particulares;
- d) - aplicação de seus próprios recursos segundo os programas de Trabalho.

Art.3º - O capital da "Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização," pertencente ao município, será constituído de:



F1.03

I - Bens móveis e imóveis que vierem a compor o seu patrimônio;

II - Maquinaria que constitua o seu complexo industrial;

III - dotações que lhe sejam consignadas em orçamentos públicos;

IV - Outros valores que lhe vierem a ser incorporados;

Art.4º - Constituirão recursos da empresa:

I - As receitas operacionais;

II - os recursos resultantes de operações em espécie, de bens e direitos;

III - os recursos decorrentes de operações de crédito assim entendidos os provenientes de empréstimos e financiamentos obtidos pela empresa;

IV - as receitas patrimoniais e de capital;

V - as dotações de quaisquer espécie;

VI - as dotações que forem incluídas em orçamentos públicos,

VII - os recursos de outra natureza.

Art.5º - A "Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização", será administrada por um Conselho Diretor que terá: Diretor Presidente, Diretor Operacional e Diretor Administrativo financeiro, nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de Dois anos, Demissíveis "AD NUTUM".

§ 1º - O vencimento mensal do Diretor Presidente será no máximo o de Secretário Municipal e dos demais Diretores, até 80% do vencimento do Diretor Presidente.

cont.....



Art.6º - Será constituído um Conselho Fiscal com 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, de ilibada reputação, com mandatos de 2 (dois) anos, residentes no distrito da cidade e nomeados pelo Prefeito Municipal, remunerados com 1 (um) salário mínimo.

Parágrafo único - Ao Conselho Fiscal competirá emitir pareceres sobre balancetes, balanços e prestação anual de contas da Diretoria.

Art.7º - O pessoal da "Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização", será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.).

Art.8º - Os trabalhos a serem executados pela Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização, de interesse do município, deverão ser previamente autorizados pela Prefeitura Municipal que fará a fiscalização e exigirá o cumprimento das normas específicas de sua execução usando dos tratativos disponíveis para este fim.

§ 1º - Devidamente instruído o requerimento para início da obra, dependerá este de aprovação prévia e expressa da Prefeitura Municipal, através do Prefeito Governo.

§ 2º - Os trabalhos preliminares de alinhamento e nivelamento, meio fio e assentamento de passeio, serão realizados pela "Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização", desde que haja autorização da Prefeitura.

Art.9º - A "Empresa Municipal de Serviços, obras e Urbanização" poderá adotar outros critérios para contratação e realização de obras, tais como: contratação parcial ou total de serviços, mão de obra ou equipamentos.



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates 142 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



f1.05

Art.10 - Caso venha a Prefeitura a assumir, direta ou indiretamente, a contratação parcial da obra, deverá receber a importância equivalente dos proprietários lindeiros, observando-se a legislação aplicável e em forma de contribuição de melhoria.

Parágrafo Único - Para efeito de lançamento e cobrança da contribuição de melhoria serão computados no custo operacional da obra, as despesas de estudos e projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento à conta da Municipalidade, com sua expressão de valor atualizada na época, mediante a aplicação de coeficientes de correção monetária.

Art.11 - Ao lucro líquido auferido ao fim de cada exercício, dar-se-á a destinação que vier a ser decidida pelo Conselho Diretor.

Art.12 - No que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, a "Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização" gozará de isenção dos tributos municipais, inclusive taxas e tarifas cobradas por órgãos da administração indireta do Município. *REJEITADO.*

Art.13 - A prestação de contas da "Empresa Municipal de Serviços, Obras e urbanização", será submetida ao Secretário Municipal da Fazenda, que, com seu pronunciamento, fará com que seja remetida ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, dentro de 120 (cento e vinte) dias do encerramento do exercício da empresa.

Art.14 - O Prefeito poderá, a partir da vigência desta lei, nomear administrador de reconhecida capacidade, a fim de organizar, implantar e por em condições de funcionamento a empresa de que trata esta Lei.

Parágrafo Único - O administrador referido neste artigo será contratado a título de prestação de serviço, percebendo, mensalmente, no máximo, o equivalente à remuneração atribuída aos Secretários Municipais.

cont.....



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates 142 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



F1.06

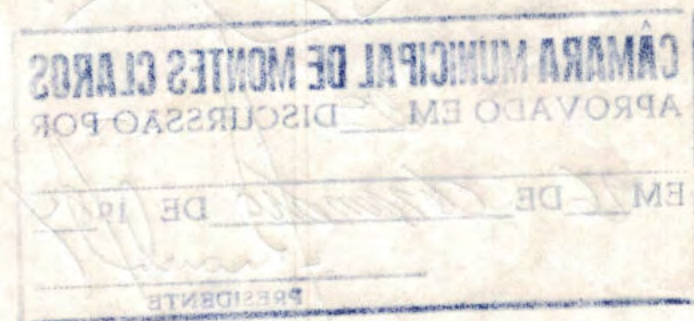
Art.15 - As despesas oriundas da execução desta Lei, correrão à conta da rubrica própria consignada no orçamento em vigor.

Art.16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros-MG,


LUIZ TADEU LEITE

Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Legislação
e Justiça
EM 20 DE novembro DE 1984
[Signature]
PRESIDENTE

A matéria é legal e
Constitucional mere
ce nossa aprovação
23/11/84 Homem

[Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCURSSÃO POR
unanimidade do plenário
EM 17 DE dezembro DE 1984
[Signature]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 2ª DISCURSSÃO POR
EM 16 DE dezembro DE 1984
[Signature]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 3ª DISCURSSÃO POR
EM 16 DE dezembro DE 1984
[Signature]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À SANÇÃO
EM 16 DE dezembro DE 1984
[Signature]
PRESIDENTE

555/84

Encaminhando projeto-lei para sanção.

Câmara Municipal

Senhor Prefeito,

Temos a satisfação de passar às mãos de V. Exa., para a sanção desse Executivo, o projeto-lei em anexo, que cria a Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização, devidamente aprovado por este Legislativo.

Temos a esclarecer que já se acham introduzidas no projeto algumas modificações decorrentes de emendas também aprovadas por esta Casa, aos seguintes dispositivos do projeto original :-

1. § 2º, do artigo 1º ;
2. § 1º, do artigo 2º ;
3. alínea c, do mesmo parágrafo 1º ;
4. artigo 13 ;
5. artigo 6º ;
6. artigo 4º (foi acrescentado ao mesmo um parágrafo);
7. §§ 1º e 2º, do artigo 8º ;
8. artigo 11 ;
9. artigo 14.

Valendo-nos desta oportunidade, reiteramos a V. Exa. nossos protestos de apreço e estima.

Cordialmente

José Nardel Alves de Almeida
Presidente da Câmara

Exmo. Sr.

Dr. Luiz Tadeu Leite

DD. Prefeito Municipal

MONTES CLAROS

Câmara Municipal de Montes Claros

--

Autor:

Assunto:-

EMENDAS AO PROJETO-LEI QUE DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO
DA EMPRESA MUNICIPAL DE SERVIÇOS, OBRAS E URBANIZA-
ÇÃO.

MOVIMENTO

- 1 Recebidas em 27.11.84
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 27.11.84
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10



EMENDA UM

Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDAS AO PROJETO-LEI QUE DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL DE SERVIÇOS, OBRAS E URBANIZAÇÃO.

O Vereador infra-assinado, na forma regimental, apresenta as seguintes emendas ao referido projeto :-

→ 1ª) Que se dê ao § 2º, do artigo 1º, o seguinte teor :-

" § 2º - O estatuto da empresa estabelecerá a organização, atribuições e funcionamento dos órgãos de sua estrutura básica e deverá o mesmo ser referendado pela Câmara Municipal. "

→ 2ª) Que se dê a seguinte redação ao § 1º, do Artigo 2º :-

" § 1º - Sem prejuízo do disposto neste artigo a empresa poderá explorar outras atividades congêneres, compatíveis com suas finalidades industriais e comerciais como:- Produção e comercialização de concreto asfáltico, bem como o asfaltamento e a pavimentação, de qualquer tipo, de logradouros públicos ou particulares, estes últimos mediante contrato entre a empresa e o interessado. "

→ 3ª) - Que se suprima a alínea b do mesmo parágrafo. R

C → 4ª) - Que se dê a seguinte redação à sua alínea c :-

" c) - recuperação e urbanização de terrenos ; "

→ 5ª) - A alínea e, do mesmo parágrafo 1º, passa a ter o seguinte teor :

" e) - Indústria da construção civil, obedecidos as normas e os índices de preços estabelecidos pelo CREA. " R

→ 6ª) - Que se dê ao artigo 6º o seguinte teor :-

" Art. 6º - Será constituído um Conselho Fiscal com 03 (tres) membros efetivos e suplentes em igual número, de ilibada reputação, residentes no distrito da cidade, com mandato de dois anos, os quais serão nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo um indicado pela Prefeitura, um pela Faculdade de

Retirado



Câmara Municipal de Montes Claros

Administração e Finanças do Norte de Minas e um pela 11ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, cujos membros receberão um salário mínimo mensal, a título de remuneração. "

→ 7ª) - Que se dê a seguinte redação ao parágrafo único do R artigo 10 :-

" Parágrafo único - Para efeito de lançamento e cobrança da contribuição de melhoria, serão computados, no custo operacional da obra, as despesas de execução e financiamento à conta da Municipalidade, com sua expressão de valor atualizada na época, mediante a aplicação de coeficientes de correção monetária. "

→ 8ª) - No artigo 13, onde consta Secretário Municipal da Fazenda, substitua para o Prefeito Municipal. "

→ 9ª) - Que se dê ao artigo 14 o seguinte teor :-

"Art. 14 - O Prefeito poderá, a partir da vigência desta lei, nomear uma Comissão Provisória integrada por profissionais de reconhecida capacidade, para promover a organização, implantação e colocar em condições de funcionamento a empresa de que trata esta lei. RETOMADO

→ 10ª) - Que se dê ao parágrafo único do citado artigo 14, o seguinte teor :- verificado

" Parágrafo único - Os membros da Comissão de que trata este artigo serão contratados a título de prestação de serviço, percebendo cada um, mensalmente, o equivalente, no máximo, à remuneração atribuída aos Secretários Municipais. "

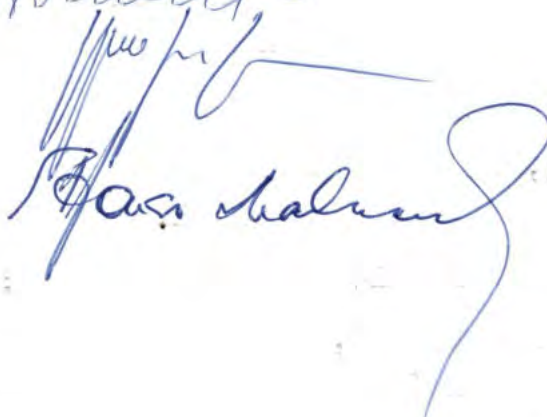
Sala das sessões, 27 de novembro de 1984.

Carimanta
Carlos Pimenta de Figueiredo
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLEROS
A COMISSÃO DE Legislação
e Justiça
EM 2 DE maio DE 1984

PRESIDENTE

A matéria é legal
e Constitucional,
merece nossa aprovação
30/11/84 Honorat


Basílio



EMENDA DOIS

Câmara Municipal de Montes Claros

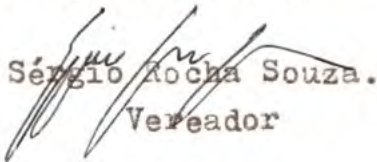
EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO-LEI QUE CRIA A
EMPRESA MUNICIPAL DE SERVIÇOS, OBRAS E URBANIZAÇÃO.

O Vereador infra-assinado, na forma regimental, apresenta a seguinte emenda ao referido projeto-lei :-

→ Que se dê ao seu artigo 6º o seguinte teor :-

" Art. 6º - Será constituído um Conselho Fiscal com cinco (05) membros efetivos e suplentes em igual número, de ilbada reputação, residentes no distrito da cidade, com mandato de dois anos, sem qualquer remuneração, os quais serão nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo dois indicados pela Câmara Municipal e tres indicados pela comunidade . "

Sala das sessões, 27 de novembro de 1984.


Sérgio Rocha Souza.
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLARO
A COMISSÃO DE Legislação
e Justiça
EM 27 DE novembro DE 1984

PRESIDENTE

A matéria de lei
e constitucional,
neste mese apro-
vação 30/11/84 Hemil

Ass. Medani



Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDAS AO PROJETO-LEI QUE CRIA A EMPRESA MUNICIPAL DE SERVIÇOS, OBRAS E URBANIZAÇÃO.

O Vereador infra-assinado, na forma regimental, apresenta as seguintes Emendas ao Projeto de Lei em referência :-

PRIMEIRA

→ que se dê ao artigo 1º a seguinte redação :-

REJEITADA

" Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Empresa Pública a ser denominada " Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização ", dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada à Prefeitura Municipal de Montes Claros. "

SEGUNDA

→ que se acrescente ao artigo 4º o seguinte parágrafo :-

" Parágrafo Único - Os empréstimos e financiamentos de que trata o inciso III, deste artigo, quando superiores a 2% (dois por cento) do capital social da Empresa, deverão ser submetidos à aprovação do Prefeito e do Legislativo Municipal, em processo normal de tramitação. "

TERCEIRA

→ Que se dê ao artigo 5º o seguinte teor :-

REJEITADA

" Art. 5º - A Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização será administrada por um Conselho Diretor, constituído de Diretor-Presidente, Diretor-Operacional e Diretor-Administrativo-Financeiro, indicados e nomeados pelo Prefeito Municipal, dentre pessoas de notório gabarito profissional, com formação de nível superior nas áreas de Engenharia, Economia ou Administração de Empresas, e mediante prévia aprovação da Câmara Municipal. "

QUARTA

→ Que se dê ao artigo 6º o seguinte teor :-

REJEITADA

"Art. 6º - Será constituído um Conselho Fiscal composto



Câmara Municipal de Montes Claros

fls.02

de tres (03) membros efetivos e suplentes em igual número, de ilibada reputação, com mandatos de 2 (dois) anos, residentes no distrito da cidade e nomeados pelo Prefeito Municipal, com' prévia aprovação da Câmara Municipal, e remunerados com 1 (um) salário-mínimo regional, por reunião de que participarem. "

QUINTA

→ Que se dê aos §§ 1º e 2º do artigo 8º , as seguintes redações :-

" § 1º - Devidamente instruído o processo para início da obra, dependerá o mesmo de prévia e expressa autorização do Prefeito Municipal, quando se tratar de obra de interesse da Municipalidade ."

" § 2º - A Prefeitura Municipal, a critério do Prefeito, poderá autorizar a Empresa a realizar os trabalhos preliminares de alinhamento, nivelamento , meio-fio e assentamento de passeio, quando de iniciativa e interesse do Município. De igual forma , quando o interessado particular firmar contrato com a Empresa para a realização desses serviços ou obras. "

SEXTA

→ Que se dê ao artigo 10 o seguinte teor :-

" Art. 10 - Se a Prefeitura Municipal assumir a contratação da obra, poderá receber dos proprietários lindeiros, obedecida a legislação aplicável, a contribuição de melhoria. "

REJEITADA

SÉTIMA

→ Que se dê ao parágrafo único, do mesmo artigo 10, a seguinte redação :-

" Parágrafo único - Para efeito de lançamento e cobrança da contribuição de melhoria estabelecida no "caput" deste artigo, poderão ser computados , no custo operacional da obra, as despesas de estudos e projetos, administração e execução, com a sua expressão monetária corrigida à época do pagamento, limitando - se à valorização ocorrida durante a sua realização. "

REJEITADA



Câmara Municipal de Montes Claros

fla.03

OITAVA

→ O artigo 11 passa a ter a seguinte redação :-

"Art. 11 - O Conselho Diretor indicará ao Prefeito Municipal, e este à Câmara Municipal, a destinação a ser dada aos lucros líquidos de cada exercício."

NONA

→ O artigo 13 passa a ter o seguinte teor :-

" Art. 13 - A prestação de contas da Empresa, será submetida ao Secretário Municipal de Fazenda, que emitirá parecer prévio para aprovação do Prefeito e da Câmara Municipal, após o que será a mesma encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, dentro do prazo de 120 dias do encerramento do exercício da Empresa."

para fundar o artigo

DÉCIMA

→ Que se dê ao artigo 14 a seguinte redação :-

" Art. 14 - O Prefeito Municipal poderá, com aprovação da Câmara Municipal, após a vigência desta Lei e por um prazo máximo de 120 dias, nomear administrador de reconhecida capacidade e probidade, para a execução dos projetos de implantação e funcionamento da Empresa."

Sala das sessões, 11 de dezembro de 1984.

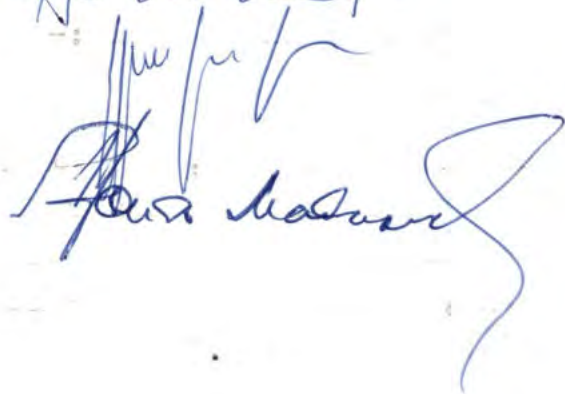
Joel Guimarães
Joel Guimarães de Souza
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLARO
A COMISSÃO DE Legislação
e Justiça
EM 7 DE dezembro DE 1984

PRESIDENTE

A matéria é legal
e constitucional
merece nossa aprova-
ção. M. Clow 13/12/84

Henrique


Faria Moura



Câmara Municipal de Montes Claros

JUSTIFICAÇÃO

Por uma falha dos elaboradores do projeto de lei em referência, alguns dos seus tópicos excluem a Câmara Municipal e os seus membros de qualquer participação na vida futura da Empresa. Não é de se supor que o Prefeito Municipal queira o alijamento desta Casa, nos efeitos futuros que esta Lei formaliza.

Cada item que mereceu o reparo tem a sua justificativa.

- 1) No artigo 1º, simples correção de texto.
- 2) No artigo 4º, a emenda visa limitar a decisão de um Conselho, para não torná-lo super-poderoso.
- 3) Nos artigos 5º e 6º, o desejo de ver esta Casa incluída no rol daqueles que, pelo menos, possam opinar na vida da Empresa, no futuro.
- 4) No artigo 8º, parágrafos 1º e 2º, a emenda tem em vista exorcizar o poder discricionário da Empresa, quando se tratar de obras contratadas por particulares com a mesma e,
- 5) exorcizar o poder ilimitado do Prefeito Municipal, pleiteado no texto do artigo 10 e seu parágrafo único.
- 6) Nos artigos 11 e 13, novamente reclama a lembrança desta Casa, outra vez esquecida pelos elaboradores da lei no Executivo, que insistem em alijar a Câmara Municipal do processo de acompanhamento da Empresa.
- 7) No artigo 14, a repetição dos atos anteriores, agravados com o expurgo da Câmara Municipal e de cumprimento dos artigos anteriores emendados. A permanência do texto original poderia definir a nomeação por prazo indefinido e sem a participação desta Casa, objetivamente excluída e alijada da vida da Empresa, que o Prefeito Municipal pretende criar.
E Deus, na sua bondade, não permita a criação de um monstro.

Joel Guimarães de Souza
Vereador

Câmara Municipal de Montes Claros

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:-

Veto a dispositivos do Projeto-lei que cria a
Empresa Municipal de Obras, Serviços e Urbaniza-
ção.

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 29.01.85
- 2 A Comissão Especial em 29.01.85
- 3 MANTIDO O VETO COM RELAÇÃO
- 4 AO PAR. ÍNICO DO ART. 4º - 05.02.85.
- 5 REJEITADO O VETO AO § 2º DO
- 6 ART. 10 - EM 12.02.85.
- 7 Comunicação ao Prefeito em 12.02.85.
- 8 Registre-se -
- 9
- 10



ALVINAR - JOSÉ PAULO - NARDEL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

Em, 18 de Janeiro de 1985

Of. N.º -SG-001/85

Assunto : Mensagem

Serviço : Secretaria de Governo

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Devolvemos a V.Excia e a essa Egrégia Casa o projeto de lei que cria a Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização, que nos foi remetido para Sanção.

Acatamos o maior número de sugestões' apresentadas para o aperfeiçoamento da matéria, feitas por essa Casa.

Cumpre-nos Senhor Presidente, ressaltar que vimos nas emendas apresentadas a firme e justa motivação' do Poder Legislativo em participar da constituição e acompanhamento da Empresa Pública Municipal.

Outro, aliás, não poderia ser o posicionamento dessa Casa que vem se pautando pela busca efetiva, apesar dos instrumentos arbitrários ainda existentes que tolhem o Poder Legislativo, uma participação no gerir a coisa pública municipal.

Foi com esta ótica que analisamos a acatamos as emendas apresentadas.

Porém, em duas emendas, encontramos, a persistir a redação apresentada, não há co-participação do Poder Legislativo, mas dificuldades operacionais para a vida da nossa Empresa Pública Municipal.

Ressalte-se que as dificuldades operacionais aqui mencionadas, retirariam da referida Empresa, uma das suas características mais importantes a nosso ver, qual seja, de maior agilidade administrativa.

E uma das maiores carências que o serviço público se ressentido é o da agilidade e eficiência gerencial' e administrativa. Estas características, são a nosso ver fundamentais, para a execução de obras e serviços com menores custos e prazos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

Em, de

de 19

Of. N.º

Assunto

Serviço

- continuação, Fl. 02

Por isto, entendendo o alto espírito público dos Senhores Vereadores resolvemos Vetar as seguintes emendas :

Artigo 1º - § 2º

VETO -Artigo 1º - § 2º in fine : "deverá o mesmo ser referendado pela Câmara Municipal".

JUSTIFICATIVA -O artigo se refere à regulamentação de lei, e o veto se justifica pelo fato do executivo ser Órgão competente para regulamentá-la. Aliás esta é a praxe usual nos regimes de repartição real de poderes. A regulamentação será fiel à determinação da lei, pois outro não poderia ser o procedimento do executivo. Conta ainda essa Casa com o instrumento da representação no Conselho Fiscal da referida empresa quando então de fato poderá acompanhar as ações desenvolvidas pela empresa.

Pelo exposto é dispensável o referendado dessa Egrégia Câmara Municipal, como proposto.

Artigo 4º - Parágrafo único

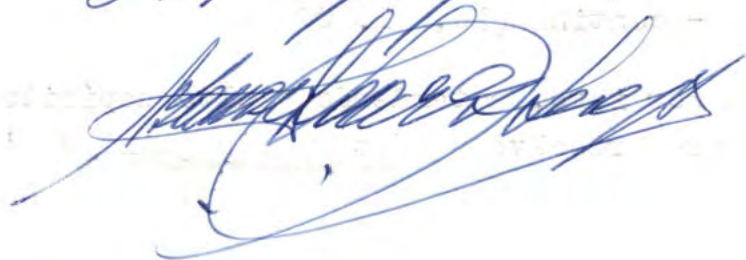
VETO -Artigo 4º - Parágrafo único, in fine " os empréstimos e financiamentos de que trata o inciso III, deste artigo, quando superiores a 2% (dois por cento) do Capital Social da Empresa, deverão ser submetidos à aprovação do Prefeito e do Legislativo Municipal, em processo normal de tramitação".

JUSTIFICATIVA -O veto aqui apostado, não é quanto ao mérito da emenda, diga-se que neste aspecto é totalmente legítimo, a nosso ver a motivação para a elaboração da emenda.

O veto se dá em função do baixo percentual estabelecido.

Mantido o veto ao
Parágrafo Único do
art. 4º.

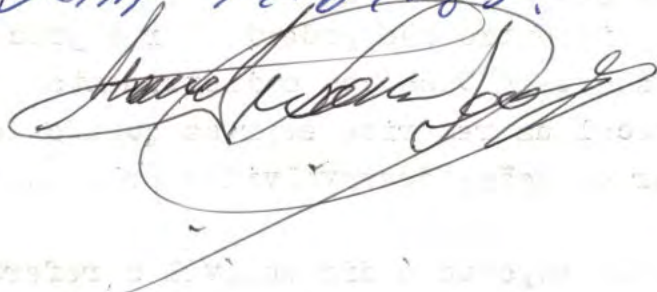
Em 05/02/85.



REJEITADO O VETO

À EMENDA AO § 2º,
DO ART. 1º.

Em 12.02.85.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

Em,

de

de 19

Of. N.º

Assunto

Serviço

- Continuação, Fl. 03

A prevalecer o valor percentual estabelecido, a empresa se verá tolhida para desenvolver as mais elementares operações de crédito, que de fato não comprometem, em último caso o município.

Creio ser necessário, mantendo o espírito da emenda, oportunamente, ser regulado o assunto,

Se ficando percentual que resguarde, o que a emenda de fato o quer, ou seja o endividamento do Município, sem autorização legislativa.

Pelo exposto vetamos o Parágrafo único do Artigo 4º.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores

Esperamos que Vv.Excias, compreendam os vetos apostos às emendas apresentadas, por serem relevantes à implantação da empresa.

Ao ensejo, mais uma vez, manifestamos-lhes os protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,


LUIZ TADEU LEITE
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

José Nardel Alves de Almeida

D^o. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

N E S T A

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE ESPECIAL
EM 29 DE Janeiro DE 1985
PRESIDENTE

Sumo pela
manutenção do
veto

30/01/85

Minimamente

San favorável ao veto
apenas do artigo 4º
(quarto)

30/01/85

for Paulo Gomes

Favorável ao veto ao
art. 4º

Francisco